RESENHA

EDUCAÇÃO EM DEBATE

Graham E. L. Holton[1]

O Estado, a alfabetização e a educação popular no Chile, 1964-1990 (Robert Austin, The State, Literacy, and Popular Education in Chile, 1964-1990, Lanham, Maryland: Lexington Books, 2003. Prefácio de Asuncin Lavrin.416 páginas. Ilustrações, índice onomástico, capa dura)

Tradução: Clayton Mendonça Cunha Filho[2] e Bernadete Beserra[3]

A associação entre *massas* e *maldade*, proposta por Sigmund Freud, expressa bem o desejo inconsciente de muitos intelectuais de justificar a eliminação das massas da política. Daí o temor que as elites européias cultivavam do acesso das massas ao poder, através da alfabetização e da cultura popular. Para as elites, o acesso das massas ao poder seria uma das maiores ameaças à civilização. A introdução da educação básica universal permitiu que o texto impresso também fosse produzido e disseminado a serviço da revolução. As campanhas de alfabetização universal criaram os mesmos medos, violentamente expressos, na América Latina.

Ironicamente, o violento golpe militar contra o regime de Salvador Allende aconteceu no dia do professor, 11 de setembro de 1973. O programa de alfabetização do regime de Augusto Pinochet foi caracterizado pela re-domesticação das mulheres, pela articulação de temas religiosos e nacionalistas, pelo individualismo e pelo consumismo. A poucos dias do golpe, a militarização dos novos programas de alfabetização começou com todos os centros de educação de adultos sendo ocupados pelos militares. O Decreto n. 6, de 22 de outubro de 1973, requeria que professores e direção das escolas fossem imediatamente substituídos de acordo com os interesses militares. O SUTE (Sindicato de los Trabajadores de Educación) foi substituído, em 1975, pelo Colegio de Profesores cujos líderes eram indicados pelo regime militar até 1986. Rolando Pinto, renomado coordenador do programa de pesquisa em alfabetização e educação de adultos do (Instituto de Capacitation y Investigacion en Reforma Agraria) foi sentenciado a 38 anos de prisão por subversão. Outros educadores importantes foram exilados ou desapareceram. A questão da alfabetização era altamente política.

Com a abertura dos empréstimos do Banco Mundial ao Chile, os programas de alfabetização e educação de adultos vincularam-se ao aumento da produção econômica e ao desenvolvimento do capital humano para os setores agrícola e manufatureiro. Sob a junta, a educação levaria à destruição de cooperativas, à redução da agricultura tradicional, ao aumento da produção agrícola sob os princípios econômicos da vantagem competitiva e à reforma da oligarquia rural.

Em 5 de março de 1979, a Diretiva Presidencial sobre a Educação Nacional de Pinochet anunciou um programa nacional de alfabetização que educaria os alunos a participar responsavelmente em organizações socioculturais. No livro didático *Yo en la Família*, no capítulo "La

[1] Professor do Institute of Latin American Studies, La Trobe University, Bundoora, Victoria, Australia. E-mail: gholton@werple.net.au
[2] Aluno do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. E-mail: clayton.filho@gmail.com
[3] Professora do departamento Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: bernadetebeserra@yahoo.com.br

Muyer, La Madre", está a descrição de que "sua condição sexual é parte do papel feminino na vida familiar. Seu organismo é feito para a maternidade. Isso lhe dá a capacidade de ser delicada, que o homem não possui".

Sob a ditadura, a desmobilização do setor popular permitiu que programas oficiais desincentivassem proporcional à participação popular na mudança social e, portanto, careciam de outros apelos, além do monetário elementar e de curto prazo, a muitos participantes em potencial. Essa opressão atingiu a socialização da economia, a educação popular e a democratização da sociedade civil.

Sob os governos de Frei e Allende, a dimensão cultural da educação tinha criado um ambiente no qual a poesia (de Pablo Neruda, Gabriela Mistral e Nicanor Parra) prosperaram do jornalismo popular, literatura e textos acessíveis, populares. Os anos Pinochet buscaram neutralizar a cultura popular e o período entre setembro de 1973 e 1976 tornou-se conhecidos como o Apagão Cultural Chileno. Como expressão do descontentamento conservador do regime, o Museo de Bellas Artes foi bombardeado e o cubismo foi banido, por sua associação com Cuba e a Esquerda. Instrumentos andinos, associados à música popular de protesto, foram proibidos. Artistas pintavam murais de resistência sob ameaça de prisão e tortura.

Nos anos 1970, a mais alta taxa de alfabetização registrava-se na região araucana, entre os povos mapuche. Alfabetização e castelhanização eram há muito sinônimos de erradicação da cultura indígena. Para os mapuche, a literatura oral constituía uma resistência política e cultural ao governo e à cultura da elite dominante. O expansionismo estatal pós-colonial resultara na perda da maior parte das terras indígenas para o latifúndio. Durante o governo Pinochet, a marginalidade cultural esteve no foco oficial a partir de 1976, e sob o Decreto-Lei da Junta nº. 2568 de março de 1979, habitantes indígenas deixaram de ser indígenas, assim como suas terras. A cláusula foi posteriormente modificada após protestos indígenas nacionais acompanhados pela pressão da Igreja. Textos da história oficial suprimiram a história mapuche sob a doutrina da segurança nacional.

A educação de nível primário fora atingida em 1973. O Estado autoritário desmantelou os avanços na alfabetização popular através da intimidação da violência, e subseqüentemente através de políticas *ad hoc*, mas por causa das vantagens políticas e econômicas percebidas o Estado garantia educação para os jovens. Oponentes da Junta, e organizações como a Unesco, pressionavam por investimento estatal continuado na educação primária.

A alfabetização popular aprofundou o potencial de contribuir a mudança articulada com as lutas indígenas e femininas. A educação popular perseguia a restauração e regeneração das culturas popular e indígena através de ONGs, reconciliando o popular e a cultura. É dentro do núcleo dinâmico da cultura popular que a educação popular tem suas raízes, pois reconstitui os participantes como atores sociais e promove a transformação social.

O livro de Robert Austin inicia com uma análise histórica da literatura sobre as complexas origens da educação popular no Chile do século XIX, com seções sobre gênero e etnicidade e leva a uma crítica das estatísticas oficiais produzidas pelo regime Pinochet. A política cultural da educação de adultos de Frei a Pinochet é sintetizada para mostrar uma contribuição desses diferentes governos à erradicação do analfabetismo. Uma economia política da educação popular é elaborada concluindo com um manifesto que apresenta novas diretrizes na educação popular para uma economia em desenvolvimento. Robert Austin produziu uma análise fascinante do desenvolvimento das políticas educacionais num país do Terceiro Mundo; como e por que o problema do analfabetismo foi superado. Este extraordinário feito investigativo será de especial interesse aos historiadores culturais, cientistas políticos e interessados nas políticas educacionais da América Latina.